

Habitação social e estigma territorial: entre as representações sociais e a experiência dos residentes

Social Housing and Territorial Stigma: Between Social Representations and the Lived Experiences of Residents

Ana Leite¹

Eva Chaves²

Cristiana Dias de Almeida³

DOI: https://doi.org/10.60543/ts_iss.vi10.11691

Recebido: 6 de julho de 2026

Revisto: 16 de julho de 2026

Aceite: 23 de julho de 2026

Publicado: 31 de julho de 2026

Resumo

A habitação social constitui um instrumento de promoção do direito à habitação. Contudo, os contextos de habitação social podem ser marcados por representações sociais negativas e experiências de estigmatização e discriminação que afetam a coesão comunitária. Este estudo teve como objetivo compreender as perceções dos residentes sobre os impactos da habitação social na qualidade de vida, nas relações comunitárias e na forma como o estigma associado ao território influencia as suas vivências e integração social. Recorreu-se a uma metodologia qualitativa, com entrevistas semiestruturadas a dez residentes de bairros de habitação social no norte de Portugal. Os resultados revelam que, apesar da melhoria das condições habitacionais e do bem-estar, persistem representações sociais negativas associadas aos bairros sociais. Embora a maioria dos participantes não relate discriminação direta, reconhece a existência de estereótipos que influenciam a imagem destes contextos. Destaca-se o papel do Serviço Social na promoção da inclusão, participação e coesão comunitária.

Palavras-chave: Habitação Social; Estigma; Discriminação; Comunidade

Abstract

Social housing is a key instrument for ensuring the right to adequate housing. However, social housing contexts may be characterised by negative social representations and experiences of stigmatisation and discrimination that affect community cohesion. This study aimed to explore residents' perceptions of the impact of social housing on their quality of life, community relationships, and in how stigma associated with their residential area influences their lived experiences and social integration. A qualitative methodology was adopted, using semi-structured interviews with ten residents of social housing neighborhoods in northern Portugal. The findings indicate that, despite improvements in housing conditions and well-being, negative social representations of social housing persist. Although most participants did not report experiencing direct discrimination, they acknowledged the existence of stereotypes that shape public perceptions of these communities. The study highlights the importance of social work in promoting social inclusion, community participation, and stronger community cohesion.

Keywords: Social Housing; Stigma; Discrimination; Community

¹ FCESE, Universidade Lusófona, Porto, Portugal | ana18leite28@gmail.com

² Intrepid Lab, FCESE, Universidade Lusófona, Porto, Portugal | <https://orcid.org/0000-0003-0760-8513> | eva.chaves@ulusofona.pt

³ Intrepid Lab, FCESE, Universidade Lusófona, Porto, Portugal; CETRAD – Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real, Portugal | <https://orcid.org/0000-0001-6269-7120> | cristiana.almeida@ulusofona.pt

Introdução

O estudo sobre o estigma e a discriminação em contextos de habitação social assume particular relevância para o Serviço Social, uma vez que evidencia que, embora a habitação social procure garantir o direito à habitação e promover a proteção social, pode também contribuir para processos de estigmatização e exclusão dos seus residentes. Neste sentido, esta investigação pretende contribuir para uma melhor compreensão destas dinâmicas e para o desenvolvimento de práticas de intervenção mais inclusivas.

A habitação social não é apenas uma resposta habitacional, mas também um espaço social onde se refletem as condições de vida, as relações comunitárias e as representações simbólicas que a sociedade constrói sobre determinados grupos (Santos, 2015).

O estigma associado à habitação social compromete a integração social e a coesão comunitária, reforçando a importância de uma intervenção do Serviço Social orientada para a inclusão e a justiça social (Santos, 2015).

O problema central deste estudo decorre da natureza paradoxal da habitação social que, apesar de constituir uma resposta de promoção do direito à habitação, da inclusão e da proteção social, pode igualmente favorecer processos de discriminação e estigmatização dos seus residentes. Neste contexto, o assistente social desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão, da participação comunitária e no combate ao estigma associado à habitação social.

Apesar da crescente produção científica sobre habitação social em Portugal, permanece limitado o conhecimento acerca das perceções dos próprios residentes relativamente aos processos de estigma territorial, às experiências de discriminação e às suas implicações na qualidade de vida e na coesão comunitária. Assim, o presente estudo tem como objetivo compreender a forma como os residentes de bairros de habitação social percecionam estes fenómenos e as suas repercussões no quotidiano e na integração comunitária.

1. Enquadramento teórico

1.1. Habitação Social

A crise da habitação em Portugal constitui um dos exemplos mais visíveis da questão social contemporânea. Trata-se de um fenómeno estrutural que, embora presente há várias

décadas, se tem agravado de forma significativa na última década, sobretudo a partir de 2013, com o aumento acentuado das rendas e o encarecimento generalizado do mercado imobiliário. Este cenário resulta da conjugação de múltiplos fatores, entre os quais se destacam a escassez da oferta habitacional, as restrições ao crédito, o desinvestimento público e as políticas de ordenamento urbano que limitam a construção e a reabilitação acessível (Sousa & Gonçalves, 2025). Acrescem fatores demográficos, sociais e laborais que agravam o problema habitacional (Sousa & Gonçalves, 2025).

Neste contexto, importa compreender o papel da habitação social enquanto resposta às desigualdades no acesso à habitação.

Embora não exista uma definição consensual, a habitação social é geralmente entendida como habitação promovida com o apoio do Estado, dos municípios ou de entidades filantrópicas, destinada sobretudo às populações mais vulneráveis, não devendo ser associada a construções de menor qualidade (Lameira & Rocha, 2019, cit. in Santos, 2025). De forma semelhante, Cecodlhas (2017, cit. in Sousa & Gonçalves, 2025, p.137) define-a como habitação construída com apoio financeiro do Estado.

O direito à habitação, consagrado no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa (1976), constituiu um direito fundamental associado à dignidade humana, ao bem-estar, à segurança e ao exercício de outros direitos sociais (Pestana & Santos, 1997, cit. in Santos, 2015). Para além de garantir o abrigo, a habitação constituiu um espaço de construção de relações familiares, identidade e integração social (Santos, 2015). Contudo, a insuficiência do parque habitacional público continua a limitar a concretização deste direito (Sousa & Gonçalves, 2025).

Apesar do seu papel na promoção da inclusão social, a habitação social pode também contribuir para processos de estigmatização e exclusão, condicionando a imagem dos residentes e as suas oportunidades de integração. Importa analisar o estigma associado à habitação social e as suas implicações para a coesão comunitária.

1.2. Estigma e Discriminação

Para Goffman (1963), o estigma corresponde a um atributo depreciativo que gera uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade social real, conduzindo à

desvalorização do indivíduo. Mais do que uma característica individual, resulta da relação entre um atributo e os estereótipos socialmente construídos, comprometendo a integração social.

O estigma social associado à habitação social tem sido amplamente discutido na literatura, sendo entendido como um processo de atribuição de significados negativos a indivíduos ou grupos que residem em determinados territórios. Este estigma territorial associa os bairros sociais e comportamentos desviantes ou marginalizados, reforçando representações sociais negativas frequentemente interiorizadas pelos próprios moradores. Como refere Guerra (1990, cit. in Santos, 2025, p. 121), “habitar nesses bairros é arriscar a imagem de ser marginal, delinquente ou indesejável”, mesmo quando os indivíduos não assumem em si um estatuto desviante. Este processo fragiliza a autoestima, reforça sentimentos de vergonha e dependência de apoios sociais, afetando a identidade individual e coletiva (Capucha, 2005, cit. in Santos, 2015).

O estigma territorial corresponde à "mancha do lugar" (blemish of place), um fenómeno sociossimbólico em que o descrédito social é associado a um determinado território (Queiros & Pereira, 2018; Wacquant & Pereira, 2014; Wacquant, 2007). Desenvolvido por Loïc Wacquant, este conceito articula a perspetiva da "identidade deteriorada" de Erving Goffman com a teoria do "poder simbólico" de Pierre Bourdieu (Wacquant & Pereira, 2014).

O estigma distingue-se da estigmatização, entendida como o processo através do qual atributos negativos atribuídos a pessoas ou lugares condicionam as trajetórias e oportunidades dos indivíduos (Smets & Kusenbach, 2020). No caso territorial, o espaço torna-se um "recipiente material" de representações sociais negativas, fortemente marcadas por significados simbólicos e emocionais (Wacquant & Pereira, 2014).

A discriminação associada à habitação social manifesta-se em diferentes dimensões: territorial, através da localização periférica dos bairros (Santos, 2015); cultural e étnica, refletida nas dificuldades de integração de grupos minoritários (Sampaio, et al., 2025); e socioeconómica, resultante da concentração de famílias vulneráveis em territórios homogéneos (Sousa & Gonçalves, 2025).

A produção e reprodução do estigma ocorre tanto através dos discursos políticos, mediáticos e institucionais ("de cima para baixo"), como das interações quotidianas ("de baixo

para cima"), frequentemente sustentadas por estereótipos e percepções indiretas da realidade local (Smets & Kusenbach, 2020; Wacquant, 2007). As suas consequências traduzem-se na fragilização da identidade e do sentimento de pertença dos residentes, na adoção de estratégias de "denigração lateral" (através das quais os próprios residentes procuram distanciar-se da imagem negativa associada ao território) e na legitimação de respostas institucionais marcadas pela punição ou negligência (Wacquant & Pereira, 2014; Wacquant, 2007). Assim, o estigma territorial constitui um importante mecanismo de produção e reprodução das desigualdades urbanas, transformando o local de residência num fator de exclusão e desqualificação social (Wacquant & Pereira, 2014; Wacquant, 2007).

O estigma territorial compromete a autoestima, reforça sentimentos de exclusão e pode conduzir ao afastamento dos moradores relativamente a projetos e iniciativas comunitárias (Santos, 2015; Sampaio, et al., 2025).

A estigmatização territorial condiciona o acesso ao emprego, à educação e a outros recursos, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão (Santos, 2015). Neste sentido, Augusto (2017) defende que a habitação social pode transformar-se num instrumento de segregação e guetização.

Santos (2015), Santos (2025) e Augusto (2017) identificam a “ghetização” como uma consequência da concentração territorial de populações vulneráveis. Para além da pobreza, este fenómeno resulta da ausência de participação dos moradores, da burocratização das respostas sociais e da escassez de espaços coletivos, dificultando a construção de laços comunitários e de processos de ação coletiva (Augusto, 2017).

As dinâmicas de estigma e discriminação presentes nos bairros de habitação social não produzem apenas efeitos individuais, como a diminuição da autoestima ou o estigma. Quando os moradores são desvalorizados e o próprio espaço é considerado como “problemático”, é mais difícil criar laços de confiança, uma identificação coletiva e ajuda mútua. O conceito de estigma, tal como formulado por Goffman, revelou-se particularmente útil para interpretar determinadas representações sociais associadas aos bairros de habitação social.

O estigma territorial ultrapassa a dimensão simbólica, afetando as relações sociais, as redes de apoio e a capacidade de ação coletiva. Compreender estas dinâmicas é fundamental para analisar as suas implicações na construção da coesão comunitária.

1.3. Coesão comunitária

O conceito de comunidade tem evoluído ao longo do tempo, assumindo diferentes significados nas ciências sociais.

Autores como Ferdinand Tönnies (1995, cit. in Mocellim, 2011) Durkheim (1978, cit. in Mocellim, 2011) e Hardcastle (2011) associam a comunidade à existência de relações de proximidade, confiança, pertença e apoio mútuo. Embora possa favorecer a solidariedade e a identificação coletiva, a comunidade não constitui uma realidade homogênea, podendo também incluir conflitos, desigualdades e fragilidades nas relações sociais.

Apesar da importância das relações de proximidade para a construção de comunidades coesas, muitos bairros têm vindo a registar um enfraquecimento do sentimento de comunidade. Elvas (2009) refere que as transformações sociais contemporâneas têm contribuído para o enfraquecimento das relações de vizinhança, das redes de apoio e do sentimento de pertença comunitária.

Nos contextos de habitação social, a proximidade física entre moradores não garante, por si só, a existência de uma comunidade coesa. Como refere Elvas (2009), a vizinhança apenas se transforma numa comunidade quando existem relações significativas, confiança, sentimento de pertença e capacidade de ação coletiva. A fragilização destes elementos favorece sentimentos de insegurança, afastamento e reduzida identificação com o bairro.

A perda das relações de vizinhança e da convivência quotidiana, anteriormente mais presentes em contextos comunitários, contribui para a diminuição do apoio mútuo e da solidariedade entre residentes. Neste contexto, é fundamental promover intervenções comunitárias que reforcem as relações sociais, incentivem a participação dos moradores e criem espaços de convivência e cooperação (Elvas, 2009).

A análise do conceito de comunidade permite compreender que os laços sociais, o sentimento de pertença e as redes de apoio são fundamentais para o funcionamento saudável de qualquer território. Contudo, nos contextos de habitação social, estes elementos encontram-se frequentemente fragilizados devido ao estigma, exclusão e desigualdade, analisadas anteriormente. Esta fragilização da coesão comunitária demonstra, a necessidade de uma intervenção profissional capaz de promover participação, reforçar ligações, criar espaços de convivência e combater estas representações. É neste ponto que o Serviço Social assume um

papel central, enquanto área de conhecimento e de prática que atua diretamente no território e junto das comunidades.

1.4. O Serviço Social na promoção da inclusão e combate ao estigma

A promoção da coesão comunitária, em contextos de habitação social, é um desafio para o Serviço Social, uma vez que estes territórios são marcados por fenómenos de discriminação, estigma e exclusão social. Segundo Sousa e Gonçalves (2025), as falhas estruturais na habitação pública e a concentração de problemas reforçam estigmas que condicionam o acesso a recursos, a participação social e os laços comunitários.

Neste contexto, o assistente social assume um papel de mediação entre pessoas, instituições e territórios, não se limitando aos procedimentos administrativos associados à atribuição de habitação (Sousa & Gonçalves, 2025). A sua intervenção procura combater mecanismos de exclusão e representações discriminatórias, promovendo a participação dos residentes, o fortalecimento das redes de apoio e o sentimento de pertença (Santos, 2015; Sampaio et al., 2025). Esta atuação exige uma abordagem colaborativa e articulada com diferentes serviços, particularmente em contextos de elevada vulnerabilidade social (Gabriel & Gameiro, 2025).

Apesar do seu potencial transformador, a intervenção enfrenta diversos constrangimentos. Sousa e Gonçalves (2025) destacam a pressão das listas de espera, a escassez de habitações e o predomínio de práticas burocráticas. Santos (2015) refere o predomínio de respostas individualizadas em detrimento da intervenção comunitária, enquanto Sampaio et. al (2025) indicam obstáculos como a desconfiança dos moradores, os conflitos de vizinhança, as tensões interculturais, a instabilidade económica e a elevada rotatividade de técnicos e projetos, fatores que comprometem a continuidade da intervenção.

Santos (2015) defende que a promoção da coesão comunitária exige intervenções coletivas que reforcem as redes. De igual modo, Sampaio et. al (2025) demonstram que atividades comunitárias adaptadas às especificidades da população produzem efeitos positivos no bem-estar, na saúde e no sentimento de pertença. Nesta linha, Resendes e Nunes (2025), salientam que a intervenção das políticas públicas deve adequar-se às características locais, garantindo respostas mais eficazes e sustentáveis em contextos de habitação social. Assim, a

promoção da coesão comunitária em contextos de habitação social exige intervenções adaptadas às especificidades locais, capazes de enfrentar desigualdades estruturais, estigmas persistentes e fragilidades territoriais.

Em conjunto, estes contributos permitem compreender que as representações sociais e os processos de estigmatização associados à habitação social configuram fenómenos complexos e multidimensionais, cuja análise requer a articulação das dimensões habitacional, simbólica, relacional e profissional. Este enquadramento conceptual sustenta a análise empírica desenvolvida nas secções seguintes.

2. Metodologia

O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa, por se considerar a mais adequada para compreender os significados e as perceções dos residentes sobre a habitação social, o estigma territorial e as experiências de discriminação.

O objetivo geral consistiu em compreender as perceções dos residentes de bairros de habitação social relativamente ao estigma, às experiências de discriminação e às suas implicações na qualidade de vida e na coesão comunitária. Para o concretizar, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- Compreender de que forma os residentes em habitação social percecionam os efeitos da sua condição habitacional na qualidade de vida e no quotidiano;
- Analisar o sentimento de pertença e as dinâmicas relacionais estabelecidas entre os residentes do bairro e a comunidade envolvente;
- Explorar as perceções dos residentes sobre o estigma, as experiências de discriminação e as representações sociais associadas aos bairros de habitação social e aos inquilinos.

A investigação incidiu sobre os residentes em regime de arrendamento apoiado, integrados em bairros geridos por uma empresa de habitação social, da zona norte de Portugal.

A amostragem utilizada é não probabilística por conveniência. Participaram no estudo 10 residentes em habitação social. Para participar no estudo, foi necessário cumprir alguns critérios, tais como, ter idade igual ou superior a 18 anos, ser residente num bairro de habitação social da empresa referida anteriormente e aceitar voluntariamente participar no

estudo. Foram excluídos participantes que não apresentavam condições para compreender as questões da entrevista.

Com o objetivo de caracterizar a amostra e contextualizar os participantes do estudo, apresenta-se a Figura 1, onde se sintetizam algumas das suas principais características sociodemográficas. A identificação dos participantes foi anonimizada através da atribuição de códigos alfanuméricos (E1 a E10), garantindo a confidencialidade e o anonimato das informações recolhidas. Esta caracterização permite compreender a diversidade dos perfis incluídos na investigação e enquadrar a análise das diferentes perceções relativas à habitação social, às relações comunitárias e às experiências de estigma.

Figura n.º 1. Caracterização sociodemográfica dos participantes

Participante	Sexo	Idade	Situação Profissional	Tempo de residência no bairro
E1	F	54	Empregada	21 anos
E2	M	78	Reformado	32 anos
E3	F	38	Desempregada	12 anos
E4	F	59	Desempregada	11 anos
E5	M	77	Reformado	20 anos
E6	M	67	Reformado	3 meses
E7	F	49	Empregada	3 meses
E8	F	46	Empregada	3 meses
E9	F	79	Reformada	50 anos
E10	F	47	Desempregada	30 anos

Fonte: Elaboração própria

A recolha de dados foi realizada através da entrevista semiestruturada, orientada por um guião previamente elaborado, e foi aplicado a residentes de habitação social. Mediante consentimento informado, todas as entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas na íntegra, assegurando a fidelidade dos discursos produzidos e a qualidade da análise dos dados.

A análise dos dados foi realizada através da análise de conteúdo, segundo a proposta metodológica de Bardin (2016), por se tratar de uma técnica particularmente adequada à interpretação sistemática de dados qualitativos provenientes de entrevistas semiestruturadas. O processo de análise compreendeu as três fases propostas pela autora: (i) pré-análise, que incluiu a leitura flutuante das transcrições e a organização do corpus documental; (ii)

exploração do material, através da codificação e identificação de unidades de registo com significado para os objetivos da investigação; e (iii) tratamento, inferência e interpretação dos resultados, fase em que os dados foram agrupados em categorias temáticas e interpretados à luz do enquadramento teórico.

As categorias de análise não foram definidas a priori, tendo emergido dos discursos dos participantes durante o processo de codificação e análise do conteúdo das entrevistas. Posteriormente, essas categorias foram organizadas de acordo com os objetivos da investigação, permitindo identificar padrões de significado relacionados com as percepções sobre a habitação social, as dinâmicas comunitárias, as experiências de estigma e discriminação e as implicações para a coesão comunitária. Este procedimento possibilitou uma análise interpretativa dos discursos, articulando os resultados empíricos com a literatura científica existente sobre a temática.

Figura n.º 2. Síntese das categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo



Fonte: Elaboração própria

A investigação respeitou os princípios éticos da investigação em Serviço Social (APSS, 2018; OAS, 2025), garantindo o consentimento informado, a participação voluntária, o anonimato, a confidencialidade dos dados e o direito de desistência dos participantes, em conformidade com o RGPD.

3. Apresentação e discussão de resultados

Da análise de conteúdo das entrevistas, emergiram quatro categorias temáticas principais: (i) perceções sobre a habitação social e qualidade de vida; (ii) relações de vizinhança e sentimento de pertença; (iii) estigma e discriminação associados aos bairros sociais; e (iv) perceções sobre estratégias de combate ao estigma.

A apresentação dos resultados organiza-se em torno das categorias temáticas identificadas na análise de conteúdo, procurando não apenas descrever as perceções dos participantes, mas também interpretá-las criticamente à luz do enquadramento teórico e dos objetivos da investigação. Os excertos das entrevistas apresentados ao longo desta secção têm carácter ilustrativo, sendo utilizados para evidenciar os principais padrões de significado identificados na análise e fundamentar a interpretação dos resultados.

3.1. Perceções sobre a habitação social e qualidade de vida

A análise das entrevistas evidencia que a habitação social é percecionada pelos participantes como um fator de melhoria das condições de vida, sobretudo ao nível da estabilidade habitacional, da segurança residencial e do bem-estar. Embora persistam algumas avaliações negativas relacionadas com conflitos de vizinhança ou dificuldades económicas, predomina um discurso que associa a atribuição da habitação a uma melhoria significativa da qualidade de vida.

Um dos aspetos mais relevantes que emergiu da análise prende-se com a desconstrução das representações negativas anteriormente associadas aos bairros de habitação social. Vários participantes referiram que, antes de residirem nestes contextos, partilhavam os estereótipos socialmente difundidos sobre insegurança, violência ou conflitualidade. Contudo, a experiência quotidiana levou-os a reformular essas perceções, reconhecendo que a realidade do bairro diferia substancialmente da imagem anteriormente construída.

Como ilustra um dos entrevistados:

Antes de vir para aqui, achava que era assim um bocado mais atribulado (...). Depois de estar aqui, mudou a minha opinião. É mais tranquilo do que aquilo que eu estava à espera (E3).

De forma semelhante, o mesmo participante acrescenta:

Antes de vir para aqui também tinha essa opinião (...), depois de vir para aqui é que uma pessoa está aqui, não tem problemas, não tem conflitos (...) (E3).

Estes testemunhos revelam que as representações negativas associadas à habitação social tendem a ser construídas antes da experiência de residência, sendo posteriormente questionadas através da vivência direta do território. Esta evidência confirma a perspetiva de Santos (2015), segundo a qual os bairros de habitação social permanecem frequentemente associados a estereótipos que nem sempre correspondem às experiências efetivamente vividas pelos seus residentes.

Paralelamente, alguns participantes referiram nunca ter partilhado uma visão negativa sobre a habitação social, considerando-a uma resposta habitacional semelhante a qualquer outra. Um entrevistado sintetiza esta ideia ao afirmar que "isto da habitação social (...) é uma casa como outra qualquer" (E5), enquanto outro refere nunca ter sentido qualquer constrangimento relativamente ao facto de residir num bairro social (E7). Estes discursos sugerem que a experiência da habitação social não é vivida de forma homogénea, coexistindo diferentes significados atribuídos ao mesmo contexto residencial.

Outro resultado particularmente significativo relaciona-se com a perceção dos efeitos da habitação social na qualidade de vida. A maioria dos participantes associa a atribuição da habitação à melhoria das condições materiais de existência, destacando o aumento do conforto, da estabilidade, da segurança e da capacidade para responder às necessidades do agregado familiar.

Neste sentido, um entrevistado refere:

Tenho uma melhor qualidade de vida, tanto que tenho mais espaço, tenho um quarto para o meu filho (E7).

Outro participante destaca o impacto emocional da estabilidade habitacional:

Parece que fiquei renovável, percebe? Parece que a saúde..., eu sou doente, mas parece que ficou um bocadinho mais leve. Percebe? Porque já estávamos sempre com aquele impasse, que podíamos ir para a rua e depois para debaixo da ponte (E6).

Estes discursos evidenciam que os benefícios da habitação social ultrapassam a dimensão estritamente física do alojamento, assumindo igualmente uma importância psicossocial. A segurança residencial surge como condição para a redução da ansiedade, para o reforço do sentimento de estabilidade e para a melhoria do bem-estar, corroborando a perspectiva de que a habitação constitui um direito fundamental indispensável ao exercício de outros direitos sociais (Santos, 2015).

Todavia, a melhoria das condições habitacionais não elimina todas as dificuldades vivenciadas pelos residentes. Alguns participantes referiram constrangimentos relacionados com o aumento do valor da renda após a mudança de habitação, bem como preocupações associadas à segurança e aos conflitos de vizinhança. Um entrevistado recorda que a transição para a nova habitação implicou um esforço financeiro significativo para o agregado familiar, enquanto outro manifesta receio relativamente à proteção da sua habitação perante a ausência de solidariedade entre vizinhos.

Estas evidências demonstram que a experiência da habitação social é marcada por ambiguidades. Se, por um lado, constitui um importante mecanismo de promoção da inclusão habitacional e da melhoria das condições de vida, por outro, não elimina automaticamente fragilidades económicas, tensões relacionais ou problemas associados ao contexto residencial. Assim, os resultados reforçam a necessidade de compreender a habitação social numa perspectiva multidimensional, em que a qualidade de vida depende não apenas da existência de uma habitação adequada, mas também das condições sociais e comunitárias que estruturam a experiência quotidiana dos residentes.

3.2 Relações de vizinhança e sentimento de pertença

A análise das entrevistas evidencia que as relações de vizinhança constituem uma das dimensões mais ambivalentes da experiência de habitação social. Os discursos revelam que a proximidade física entre residentes não se traduz necessariamente na existência de relações de

confiança, solidariedade ou participação comunitária, coexistindo experiências marcadas pela entreajuda com outras caracterizadas pelo isolamento e pela conflitualidade.

Embora vários participantes descrevam relações positivas com os vizinhos, associando o bairro a redes de apoio informal e a experiências de convivência quotidiana, estas narrativas são frequentemente acompanhadas da ideia de que o espírito comunitário se encontra progressivamente enfraquecido. Um dos entrevistados recorda que, no passado, “(...) era tudo família, todos nós nos conhecíamos.” (E1), enquanto outro refere que atualmente “é dizer bom dia, boa tarde e já está” (E10), ilustrando a transformação das formas de sociabilidade no bairro. Esta perceção de perda de proximidade surge igualmente associada ao desaparecimento de estruturas coletivas anteriormente existentes, como a comissão de moradores, considerada por um participante como um importante espaço de encontro e participação:

Desde que acabou a comissão de moradores, tínhamos ali um cafezinho e tal.

Não há ninguém que olhe por ninguém. Por nada (E9).

Os discursos sugerem, assim, que o sentimento de pertença não depende apenas da permanência no território, mas da existência de oportunidades de interação social e de mecanismos que promovam a participação dos residentes na vida comunitária.

Estes resultados corroboram a perspetiva de Elvas (2009), segundo a qual a proximidade residencial constitui uma condição necessária, mas insuficiente para a construção de uma comunidade coesa. A comunidade não emerge automaticamente da partilha do espaço físico; exige relações de confiança, reciprocidade e reconhecimento mútuo.

De igual modo, Hardcastle (2011) sublinha que a comunidade deve ser entendida como uma construção social dinâmica, na qual coexistem solidariedade, conflito e desigualdade.

Paralelamente, as entrevistas evidenciam que as relações de vizinhança permanecem marcadas por experiências muito distintas. Enquanto alguns participantes referem relações positivas e apoio entre vizinhos:

Dou-me bem com a vizinha de baixo, tenho aqui a vizinha da ponta que nos damos extremamente bem (E1).

Eu nunca tive problemas com ninguém (E2).

Outros descrevem situações de conflito persistente, envolvendo insultos, danos materiais e tensões quotidianas.

Há zaragatas, há barulhos, há vizinhos que fazem barulho (E2).

Mas nunca vi tanta, tanta, tanta vizinha tão má como aqui (E4).

Contudo, importa evitar uma leitura simplista destes resultados. A existência de conflitos não parece constituir uma característica exclusiva da habitação social. Pelo contrário, vários entrevistados relativizam essas situações, defendendo que os problemas de convivência existem em qualquer contexto residencial. Esta interpretação revela-se particularmente relevante, uma vez que questiona uma das representações mais difundidas sobre os bairros sociais: a de que seriam espaços intrinsecamente mais conflituosos do que outros territórios urbanos.

Tal como referem Hardcastle (2011) e Pradeep e Sathyamurthi (2017), a comunidade não constitui uma realidade homogênea, podendo coexistir relações de solidariedade, apoio e pertença com conflitos, desigualdades e fragilização dos laços sociais.

Neste sentido, os resultados sugerem que a fragilização da coesão comunitária não decorre apenas da condição de habitação social, mas também de transformações sociais mais amplas que têm vindo a alterar as relações de vizinhança e as formas de participação comunitária. Assim, os conflitos observados parecem refletir fenómenos sociais transversais, sendo o estigma territorial responsável por amplificar a sua visibilidade e por lhes atribuir um significado particularmente negativo quando ocorrem em bairros de habitação social.

3.3. Estigma e discriminação associados aos bairros sociais

Esta constitui a categoria analítica de maior relevância para a compreensão das experiências dos residentes e representa, simultaneamente, o principal contributo empírico desta investigação. Contrariamente ao que poderia ser esperado a partir da literatura sobre estigma territorial, a maioria dos participantes não relata experiências pessoais de discriminação direta decorrentes da residência em habitação social. Contudo, quase todos reconhecem a persistência de representações sociais negativas associadas aos bairros sociais. -

Esta aparente discrepância entre experiência individual e representação coletiva constitui um dos resultados mais significativos do estudo. Enquanto os residentes afirmam não se sentir discriminados nas suas interações quotidianas, demonstram uma clara consciência da imagem social depreciativa atribuída aos bairros onde residem.

Como refere um dos participantes:

Não sinto nem nunca senti... discriminação, se lhe quiser chamar assim, por viver num bairro social (E3).

Apesar da ausência de experiências diretas de discriminação relatadas por muitos entrevistados, vários participantes reconheceram a existência de representações sociais negativas associadas aos bairros sociais.

Há pessoas, que vêm pessoas como do bairro. Ah, é do bairro. Sim. Mas (...) a maior parte das pessoas que dizem isso nem têm noção do que é o bairro (E1).

Outro entrevistado descreve o receio que sentia antes de mudar para a habitação social:

Mas falavam-me muito mal dos bairros. Eu ficava sempre com medo (E6).

Porque às vezes diziam... Ai, mulher... Ai, é uma chatice, em tal bairro é só ciganada, ai, em tal bairro é só droga... Eu sou-lhe franca. Eu aqui não vejo nada, nada, nada (E6).

Depois da experiência de residência, conclui:

Ao que eu moro aqui, e ao que eles me diziam que viviam, eu estou no céu (E6).

Estes discursos sugerem que o estigma associado aos bairros sociais antecede frequentemente a experiência direta do território, sendo construído através de narrativas socialmente partilhadas e não da observação da realidade vivida. Neste sentido, os resultados corroboram a conceptualização de Goffman (1963), segundo a qual o estigma resulta de processos de categorização social que produzem identidades depreciadas independentemente das características efetivamente apresentadas pelos indivíduos. Ideia reforçada por Santos (2015), que defende que os bairros sociais se encontram frequentemente associados a representações negativas e preconceituosas, independentemente da realidade efetivamente vivida nesses territórios.

Esta aparente discrepância entre a reduzida ocorrência de experiências de discriminação direta e o reconhecimento generalizado de representações sociais negativas merece ser aprofundada. De acordo com Goffman (1963), o estigma não depende necessariamente da vivência de atos explícitos de discriminação, mas da existência de atributos socialmente

desvalorizados que condicionam a forma como indivíduos e grupos são percebidos. No caso do estigma territorial, Wacquant (2007) e Wacquant e Pereira (2014) defendem que a desvalorização incide sobre o próprio território, tornando o local de residência um marcador simbólico de desqualificação social. Os resultados deste estudo parecem corroborar esta perspectiva: embora os participantes raramente relatem episódios de discriminação dirigidos à sua pessoa, demonstram uma clara consciência da reputação negativa atribuída aos bairros sociais. Esta percepção poderá refletir o facto de o estigma se manifestar sobretudo através de representações sociais e estereótipos amplamente difundidos, frequentemente construídos sem conhecimento direto da realidade destes contextos (Smets & Kusenbach, 2020), influenciando a imagem pública dos bairros e dos seus residentes, mesmo quando não se traduz em práticas discriminatórias explícitas.

Contudo, os resultados permitem igualmente aprofundar esta discussão. Ao contrário do que parte da literatura tende a sugerir, os participantes não evidenciam uma forte interiorização do estigma. Pelo contrário, vários entrevistados desenvolvem discursos de resistência, procurando desconstruir os estereótipos associados aos bairros sociais e rejeitando a associação automática entre habitação social, criminalidade ou marginalidade.

Esta estratégia discursiva é particularmente evidente quando os participantes estabelecem comparações com outros contextos habitacionais.

Pessoas más, há em todos os lados (E1).

Mas o bairro não é (...), o bairro são as pessoas que os fazem. Há pessoas que vivem em condomínios de luxo que são, sei lá, cem vezes pior que as do bairro. Sem dúvida (E1).

É assim, o problema não é das casas, eu digo sempre que o problema nunca é dos bairros nem das casas, o problema é das pessoas (E5).

Estas narrativas revelam um esforço de normalização da habitação social enquanto espaço residencial semelhante a qualquer outro, recusando a ideia de que determinados comportamentos sejam exclusivos destes territórios.

Este resultado merece especial destaque porque demonstra que os residentes não assumem uma posição passiva perante o estigma. Pelo contrário, desenvolvem estratégias discursivas que procuram proteger a identidade individual e coletiva do bairro, contestando a

narrativa dominante que associa habitação social à exclusão social. Tal processo pode ser interpretado como uma forma de resistência simbólica perante o estigma territorial.

Outro aspeto particularmente relevante prende-se com o papel atribuído aos meios de comunicação social na construção e manutenção do estigma. A maioria dos participantes considera que a cobertura mediática contribui para consolidar uma imagem negativa dos bairros sociais, privilegiando acontecimentos associados à violência ou à criminalidade e invisibilizando as experiências quotidianas da maioria dos residentes.

Mas a comunicação social ajuda muito. Para o bem e para o mal ajuda. Mas muitas das vezes mais para o mal (E2).

Dado aquilo que a gente ouve na televisão, todos ficámos com um bocadinho de receio das pessoas que vivem no bairro social (E3).

Esta perceção reforça a ideia de que o estigma territorial não resulta apenas das condições objetivas do bairro, mas também dos discursos produzidos por diferentes instituições sociais, entre as quais os media assumem um papel central na construção das representações públicas.

Globalmente, os resultados sugerem que o principal impacto do estigma não reside, necessariamente, na ocorrência de experiências frequentes de discriminação direta, mas na persistência de representações sociais negativas que moldam a imagem pública dos bairros de habitação social e dos seus residentes. Este resultado acrescenta uma perspetiva relevante à literatura sobre estigma territorial, ao evidenciar que a consciência da desvalorização simbólica do território pode coexistir com a ausência de experiências pessoais de discriminação explícita, reforçando a importância de compreender o estigma como um processo social e simbólico que antecede e ultrapassa as interações individuais (Goffman, 1963; Wacquant, 2007; Wacquant & Pereira, 2014).

3.4 Perceções sobre estratégias de combate ao estigma

Embora esta dimensão tenha emergido com menor frequência nas entrevistas, alguns participantes apresentaram uma reflexão particularmente crítica sobre as causas estruturais do estigma associado à habitação social e sobre possíveis estratégias para a sua mitigação. Mais do que atribuir o problema às características dos residentes ou dos bairros, os discursos

evidenciam uma leitura centrada na forma como as políticas habitacionais e as representações sociais contribuem para a reprodução da exclusão.

Um dos aspetos mais relevantes prende-se com a crítica ao modelo de concentração territorial de populações socialmente vulneráveis. Um dos participantes considera que a localização e organização dos bairros de habitação social favorecem processos de segregação residencial, contribuindo para a construção de territórios socialmente diferenciados e estigmatizados.

Porque (...) o grande problema é dos bairros (...) como se fizeram, guetizam-se as pessoas (E5).

Para que as pessoas possam estar inseridas dentro da sociedade, não se podem guetizar (E5).

Embora esta perspetiva tenha sido expressa de forma explícita apenas por um entrevistado, o seu conteúdo revela-se particularmente relevante por introduzir uma dimensão estrutural da problemática, deslocando o foco da responsabilidade dos indivíduos para a própria configuração das políticas públicas de habitação. Esta interpretação converge com a literatura que tem vindo a questionar os efeitos da concentração espacial da pobreza e da vulnerabilidade social, salientando que determinadas opções de planeamento urbano podem contribuir para reforçar processos de segregação, isolamento social e estigmatização territorial (Augusto, 2017; Santos, 2015).

A reflexão dos participantes evidencia igualmente que o combate ao estigma não depende exclusivamente da alteração das representações sociais externas, mas também do fortalecimento da participação dos próprios residentes na vida comunitária. Neste sentido, um entrevistado defende que a valorização do bairro exige o envolvimento ativo dos seus moradores: “Logo, se as pessoas quiserem que aquele bairro (...) se fale bem dele, as pessoas têm que participar para que isto possa correr tudo bem” (E5).

Esta perspetiva aproxima-se das abordagens do desenvolvimento comunitário defendidas por Hardcastle (2011), segundo as quais a participação constitui um elemento central para o fortalecimento das comunidades, para o desenvolvimento do capital social e para a construção de identidades coletivas mais positivas. Contudo, os resultados sugerem igualmente que não deve ser atribuída aos residentes a responsabilidade exclusiva pela

transformação da imagem social dos bairros. A participação comunitária constitui uma condição importante, mas insuficiente, se não for acompanhada por políticas públicas capazes de promover a inclusão territorial e contrariar os mecanismos estruturais de estigmatização.

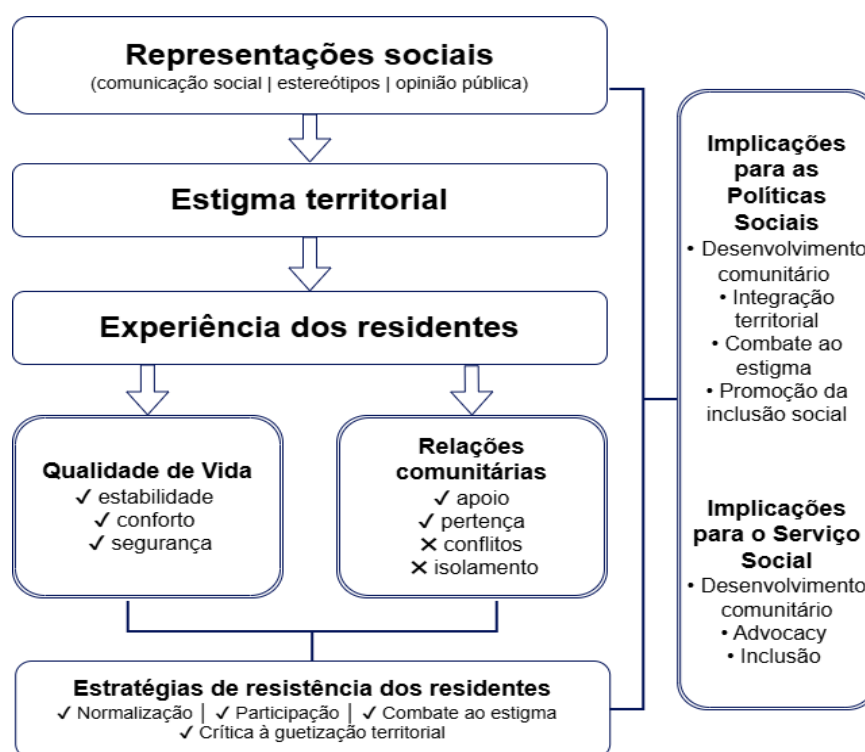
Por fim, os discursos apontam para a necessidade de uma mudança mais ampla de mentalidades relativamente à habitação social. Alguns participantes rejeitam a ideia de que os bairros sociais constituam espaços excecionais ou inerentemente problemáticos, defendendo a sua normalização enquanto resposta habitacional integrada no tecido urbano: “Isto já passou de moda. São habitações normais” (E5).

Esta afirmação traduz uma tentativa de desconstrução das categorias simbólicas que historicamente têm diferenciado a habitação social das restantes formas de habitação. Ao reivindicar a normalidade destes contextos residenciais, os participantes contestam os processos de rotulação descritos por Goffman (1963) e procuram afirmar uma identidade territorial menos marcada pela diferença e pela exclusão.

Globalmente, esta categoria evidencia que os próprios residentes identificam o estigma como um fenómeno que ultrapassa as experiências individuais de discriminação, reconhecendo a influência das políticas urbanas, da organização espacial dos bairros, da participação comunitária e das representações sociais na sua reprodução. Ainda que esta dimensão tenha emergido com menor expressão nas entrevistas, constitui um contributo relevante da investigação por evidenciar que o combate ao estigma exige respostas multidimensionais, articulando políticas de habitação, desenvolvimento comunitário e transformação das narrativas sociais sobre os bairros de habitação social.

Estes resultados reforçam a necessidade de uma intervenção do Serviço Social que ultrapasse a gestão do acesso à habitação, privilegiando estratégias de desenvolvimento comunitário, mediação territorial, promoção da participação dos residentes e advocacy junto das políticas públicas. Nesta perspetiva, combater o estigma implica não apenas transformar as representações sociais sobre os bairros, mas também intervir sobre os processos estruturais que produzem e reproduzem a segregação residencial.

Figura n.º 3. Modelo interpretativo das relações entre habitação social, estigma territorial e estratégias de resistência



Fonte: Elaboração própria

A Figura 3 sintetiza o modelo interpretativo que emergiu da análise de conteúdo das entrevistas, evidenciando a articulação entre as diferentes dimensões identificadas ao longo da investigação. Os resultados demonstram que, embora a habitação social seja maioritariamente percecionada como promotora de estabilidade, segurança e melhoria da qualidade de vida, os residentes reconhecem a persistência de representações sociais negativas sobre os bairros sociais, alimentadas por estereótipos e reforçadas pelos meios de comunicação social. Todavia, estas representações nem sempre se traduzem em experiências diretas de discriminação, levando os participantes a desenvolver estratégias de resistência simbólica, através da normalização da habitação social, da valorização do bairro e da defesa de uma maior participação comunitária. Neste contexto, o combate ao estigma exige uma abordagem multidimensional, que articule políticas públicas de habitação, desenvolvimento comunitário e intervenção do Serviço Social, com vista à promoção da inclusão social e territorial.

Conclusão

Os resultados desta investigação evidenciam que de forma mais aprofundada as percepções dos residentes em habitação social relativamente à qualidade de vida, às dinâmicas comunitárias e ao estigma territorial. Os resultados evidenciam que a habitação social é reconhecida como um importante mecanismo de concretização do direito à habitação, proporcionando maior estabilidade habitacional, segurança e bem-estar. Estes benefícios reforçam a relevância das políticas públicas de habitação enquanto instrumentos de inclusão e proteção social.

Paralelamente, o estudo demonstra que melhoria das condições habitacionais não elimina a persistência de representações sociais negativas associadas aos bairros de habitação social. Em consonância com Goffman (1963) e Wacquant (2007; Wacquant & Pereira, 2014), os resultados evidenciam que o estigma territorial continua a constituir um mecanismo de desvalorização simbólica destes territórios. Contudo, os dados permitem aprofundar esta perspetiva ao revelar que, embora os residentes reconheçam a existência de uma imagem social depreciativa dos bairros, raramente relatam experiências pessoais de discriminação direta.

Este resultado sugere que, neste contexto, o estigma se manifesta sobretudo ao nível das representações sociais e da reputação atribuída ao território, mais do que através de práticas explícitas de discriminação no quotidiano. Deste modo, o estudo contribui para uma compreensão mais diferenciada do estigma territorial, evidenciando que a sua expressão pode assumir formas distintas consoante os contextos sociais e as experiências dos residentes. Os resultados mostram ainda que os participantes não assumem uma posição passiva perante estas representações. Pelo contrário, desenvolvem discursos que contestam os estereótipos associados aos bairros sociais, valorizam as melhorias proporcionadas pela habitação social e afirmam a legitimidade destes territórios enquanto espaços residenciais. Simultaneamente, as relações de vizinhança revelam uma realidade heterogénea, marcada pela coexistência de experiências de solidariedade e apoio informal com situações de conflito, isolamento e enfraquecimento das relações de vizinhança. Estes resultados demonstram que a simples partilha do território não garante, por si só, a construção de comunidades coesas.

Estas evidências reforçam a necessidade de promover políticas de habitação que ultrapassem a dimensão material da provisão habitacional e integrem estratégias de desenvolvimento comunitário, de participação dos residentes e de combate às representações estigmatizantes. Neste processo, o Serviço Social assume um papel fundamental na mediação entre os diferentes atores, na valorização das capacidades das comunidades e na promoção de respostas que contribuam para a inclusão social, a coesão comunitária e a desconstrução do estigma territorial.

Entre as limitações do estudo destacam-se a reduzida dimensão da amostra e a realização da investigação num único município, abrangendo residentes de bairros geridos pela mesma entidade, o que limita a transferibilidade dos resultados para outros contextos. Acresce que algumas entrevistas exigiram reformulação de questões para assegurar a sua compreensão pelos participantes. Futuras investigações poderão alargar a análise a diferentes territórios e modelos de gestão da habitação social, integrando igualmente as perspetivas de outros atores, como profissionais do Serviço Social, decisores políticos e comunidades envolventes. A adoção de metodologias quantitativas ou mistas permitirá aprofundar o conhecimento sobre os mecanismos de produção e reprodução do estigma, bem como sobre o impacto das políticas públicas e das práticas de intervenção comunitária na promoção da inclusão social.

Referências Bibliográficas

- APSS. (2018). *Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal*.
<https://www.eas.pt/wp-content/uploads/2018/12/C%C3%B3digo-Deontol%C3%B3gico-dos-Assistentes-Sociais-C%C3%B3pia-1.pdf>
- Augusto, N. M. (2017). *Habitação Social - da intenção de inserção à ampliação da exclusão*.
https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462df3cd04e3f_1.pdf
- Constituição da República Portuguesa. (1976). Diário da República (I Série, n.º 241).
<https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775-43894075>
- Elvas, S. (2009). *Sentimento de comunidade e seus contributos no bairro da Horta Nova*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada]. Repositório do

- ISPA. <http://hdl.handle.net/10400.12/4042>
- Gabriel, T., & Gameiro, F. (2024). O perfil de competências do assistente social na área da habitação social. In *III Congresso Internacional de Humanismo, Direitos Humanos e Cidadania* (pp. 126-138). Edições Universitárias Lusófonas. https://www.ceied.ulusofoa.pt/images/ficheiros/III_Congresso_HumanismoDireitosHUMANOSCidadania.pdf#page=126
- Goffman, E. (1963). *Estigma: Notas sobre a Manipulação da identidade deteriorada*. LTC. https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman,erving.estigma_notassobreamanipulacaodaidentidadedeteriorada.pdf
- Hardcastle, D. (2011). *Community Practice Theories and Skills for Social Workers*. Oxford University Press.
- Mocellim, A. D. (2011). A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. *Plural*, 17(2), 105-125. <https://www.revistas.usp.br/plural/issue/download/5754/40#page=105>
- OAS, Ordem dos Assistentes Sociais (2025). *O Dever do Sigilo Profissional dos/das Assistentes Sociais*. Ordem dos Assistentes Sociais.
- Queirós, J., & Pereira, V. B. (2018). Voices in the revolution: Resisting territorial stigma and social relegation in Porto's historic centre (1974–1976). *The Sociological Review Monographs*, 66(4), 857–876.
- Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – “Relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados)”. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 119, 4 de maio de 2016, pp. 1–88. <http://data.europa.eu/eli/reg/2016/679/oj>
- Resendes, T. & Nunes, S. (2025). *Os Desafios da Habitação nos Açores e a Eficácia das Políticas Públicas de Habitação*. https://www.researchgate.net/profile/Sergio-Nunes/publication/395265392_Os_Desafios_da_Habitacao_nos_Acores_e_a_Eficacia_das_Politicas_Publicas_de_Habitacao/links/68b9c481360112563e1063d4/Os-Desafios-da-Habitacao-nos-Acores-e-a-Eficacia-das-Politicas-Publicas-de-Habitacao.pdf

- Sampaio, C., Ferreira, M. & Borges, A. (2025). Habitação social enquanto espaço de empoderamento comunitário: Uma abordagem a dois bairros sociais no norte de Portugal. *Finisterra*, 61(129), 67-85. <https://doi.org/10.18055/finis35377>
- Santos, C. (2015). Habitação social, vulnerabilidade social e serviço social: Um ensaio sobre o fracasso da mudança social nos bairros sociais. *Libertas*, 15(1). <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18313>
- Santos, M. F. (2025). *Habitação Social e Políticas Públicas*. Editorial Cáritas.
- Sousa, V. & Gonçalves, H. (2025). Práticas do Serviço Social na Habitação Social: Da prática de gestão do acesso à mediação. *Temas Sociais*, 8, 133-157. https://doi.org/10.60543/ts_iss.vi8.9657
- Smets, P., & Kusenbach, M. (2020). New research on housing and territorial stigma: Introduction to the thematic issue. *Social Inclusion*, 8(1), 1–7.
- Wacquant, L. (2007). Territorial stigmatization in the age of advanced marginality. *Thesis Eleven*, 91(1), 66–77.
- Wacquant, L., Slater, T., & Pereira, V. B. (2014). Territorial stigmatization in action. *Environment and Planning A*, 46(6), 1270–1280.